

## EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA POLÍTICA ESPECIAL PARA MULHERES: uma experiência no Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra

Carolina Martins do Vale<sup>1</sup>

### RESUMO

O artigo aborda a experiência no Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra, através do Estágio Supervisionado Obrigatório do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. Apresenta-se, a priori, as expressões da questão social encontradas na Política Especial para as Mulheres; contextualizando também o campo de estágio, abordando a atuação do Serviço Social na instituição e trazendo a perspectiva sobre as atividades realizadas e as demandas encontradas no espaço sócio-ocupacional, em uma abordagem teórico-prática reflexiva.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Estágio. Centro de Referência da Mulher.

### ABSTRACT

The article addresses the experience at the Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra, through the Mandatory Supervised Internship of the Social Service course at the Federal University of Paraíba. It is spoken, at first, the expressions of the social issue found in the Special Policy for Women; also contextualizing the internship field, addressing the role of Social Work in the institution and bringing a perspective on the activities carried out and the demands found in the socio-occupational space, in a reflective theoretical-practical approach.

**Keywords:** Social Service. Internship. Centro de Referência da Mulher.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata-se de um estudo descritivo, um relato de experiência no estágio supervisionado, a partir da vivência da própria autora no exercício da atividade acadêmica, com pesquisa bibliográfica e documental. A análise é realizada no Centro

<sup>1</sup> Universidade Federal da Paraíba; graduanda em Serviço Social; carolina.martins@academico.ufpb.br.

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



de Referência da Mulher Ednalva Bezerra (CRMEB), na cidade de João Pessoa-Paraíba, durante o estágio supervisionado obrigatório mediado pelo Departamento do Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, durante o semestre letivo de 2022.2.

O relato se baseia na experiência, na leitura de diário de campo, na construção de planos de atividade e contextualização, bem como, através do diálogo com a supervisora de campo de estágio e a acadêmica. Utiliza-se para construir este artigo o Código de Ética, a Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social, a Lei Maria da Penha, a PNAS, a Norma Técnica do Centro de Referência e as demais literaturas e documentos referenciados ao longo do artigo.

O estágio é um importante instrumento no processo de formação profissional e sua execução no CRMEB trouxe observações importantes acerca da Política Especial para Mulheres. Dessa forma, o artigo tem como objetivo abordar quais são as expressões da questão social identificadas, bem como discorrer sobre o contexto sócio-histórico da desigualdade de gênero; apresentar a instituição; abordar a atuação profissional do Serviço Social no equipamento; e relatar a experiência vivência sob a perspectiva de estagiária.

## 2 EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL DENTRO DO CAMPO DE ESTÁGIO

Violência doméstica e familiar contra a mulher se caracteriza de acordo com art. 5º da Lei nº 11.340 de 2006, como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. A violência contra mulher, a vulnerabilidade socioeconômica, a falta de moradia, o desemprego, a dificuldade de conceder os benefícios sociais, a pobreza e a transfobia são expressões da questão social que permeiam a Política Especial para Mulheres. Isso se dá devido ao contexto de desigualdade entre homens e mulheres,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



algo existente há séculos, mas acentuado pelo sistema capitalista, pois maximiza a divisão sexual do trabalho, delimitando o trabalho doméstico às mulheres e ao homem a caracterização de provedor e de força.

A ordem tradicional coloca o homem como superior e dominador nas relações sociais e sexuais, subjugando a mulher como inferior e passiva. Dessa forma, majoritariamente, as culturas criam um binarismo na diferenciação dos sexos, solidificando seus papéis na hierarquia, predeterminando as funções do homem e da mulher, como já pontuado (BOZON, 2004).

A mulher, nessa ordem tradicional, é objetificada sexual e socialmente, sendo dominada pelo homem, para este mostrar a sua virilidade e masculinidade através da força e da violência. O que não se restringe apenas ao homem, mas está dentro de uma heteronormatividade, que cria uma lógica de dominador(a) e dominado(a), em um(a) é ativo(a) e outro(a) é passivo(a) (BOZON, 2004). Essa lógica heteronormativa não se limita às relações heterossexuais, mas também alcança as relações homoafetivas. Assim, ressalta-se que a violência praticada contra mulheres, pode ser tanto na relação homem-mulher (majoritário) como mulher-mulher.

Dessa forma, nota-se que as expressões da questão social citadas são demandas que devem ser enfrentadas através de políticas sociais. E a política para mulheres é fruto da luta de classes (e de gênero). Ademais, como embasamento se tem a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340 de 2006), a Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº 8.742 de 1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (nº 8662 de 1993), a Constituição Federal de 1988.

### 3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DO CAMPO DE ESTÁGIO

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), criada em 2003,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



possibilitou a ampliação de investimento e a política de enfrentamento à violência contra as mulheres, sendo os Centros de Referência e as Defensorias da Mulher importantes serviços criados nessa política, além da “(...) construção de Redes de Atendimento às mulheres em situação de violência (...)” (BRASIL, 2011, p. 6).

O Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra (CRMEB) do Município de João Pessoa-PB foi criado em 2007 e exerce função importante de prevenção e enfrentamento às mulheres em situação de violência. O serviço tem funcionamento de segunda a sexta-feira, de 8h às 17h, com profissionais da psicologia, do direito, da arte-educação, da terapia holística e do serviço social. “O nome do órgão é uma homenagem a Ednalva Bezerra, referência do movimento feminista e sindicalista lutadora pelos direitos trabalhistas das mulheres, inclusive pelos centros de referência no atendimento às mulheres” (ANDRADE; LIMA; CÔRTEZ, 2020, p. 73).

O CRMEB tem como objetivo principal intervir na violência doméstica e familiar contra a mulher, visando o enfrentamento e a prevenção dessa violência. Mas também promovendo autonomia, com uma atuação que viabiliza a garantia dos direitos das mulheres.

Conforme a Norma Técnica de Uniformização Centros de Referências de Atendimento À Mulher em Situação de Violência (BRASIL, 2006), a atuação profissional possui como princípios: atentar-se às demandas da mulher em situação de violência; defender os direitos e os deveres, acolhendo e orientando às mulheres, bem como atribuindo a culpa ao agressor, realizando os devidos encaminhamentos e monitoramento; considerar a heterogeneidade das mulheres, entendendo que a violência de gênero é democrática, sendo assim, independente de classe social, de raça, de orientação sexual, de cultura; identificar o contexto em que a violência ocorre; preservar a segurança da mulher; articulação multiprofissional; gestão, planejamento e avaliação do equipamento com participação de mulheres que sofreram violência.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



O CRMEB exerce um trabalho multiprofissional, composto por assistentes sociais, advogadas e psicólogas. Esse serviço municipal é direcionado a mulheres cis, trans, travestis e lésbicas que estão no ciclo de violência doméstica, familiar e/ou violência sexual. Além disso, atua juntamente com a Delegacia da Mulher; Patrulha Maria da Penha (serviço estadual) e Ronda Maria da Penha (serviço municipal)<sup>2</sup>; Casas Abrigo; ONG's; SINE; CRAS e CREAS; CAPS; hospitais e maternidades, destacando o Instituto Cândida Vargas, referência em caso de violência sexual; Conselho Tutelar; Defensoria Pública; e Ministério Público.

O perfil das usuárias atendidas no CRMEB, são mulheres em situação de violência doméstica, familiar e/ou sexual, a partir dos 18 anos. Muitas usuárias estão em vulnerabilidade socioeconômica<sup>3</sup> e são mulheres pretas, contudo, a violência contra a mulher não possui delimitantes. Sendo assim, não há distinção de classe social, raça, etnia, gênero, orientação sexual e religião.

Além disso, nota-se que muitas mulheres possuem dependência emocional e/ou financeira, o que é um fator agravante para o desvencilhamento da mulher em situação de violência.

## 4 ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER EDNALVA BEZERRA

Abordando especialmente a atuação profissional de assistentes sociais, a profissão exerce função de acolhimento e orientação em matéria do Serviço Social;

<sup>2</sup> A Ronda Maria da Penha é uma das principais articulações do CRMEB. É acessada somente com o boletim de ocorrência e com medida protetiva. O programa atua na busca ativa, com triagem, visitas de intervenções e tranquilizadoras e realiza o monitoramento da medida protetiva. O serviço conta uma equipe com assistentes sociais, advogadas e com a guarda municipal.

<sup>3</sup> A vulnerabilidade socioeconômica é caracterizada através de uma política de proteção social fragilizada e focalizada, mas também pela precarização das formas de trabalho, conforme Kowarick (2002) apud Cançado, Souza e Cardoso (2014, p. 14).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



elaboração de relatório social; planejamento, execução de planos e projetos em matéria do Serviço Social; formação e qualificação profissional; supervisão de estágio; orientações e encaminhamentos para rede de serviço. Além disso, a atuação deve estar envolta de um atendimento que promova o fortalecimento da mulher, fornecendo subsídios para a autonomia da usuária do serviço.

A instrumentalidade no Serviço Social está relacionada à capacidade adquirida na trajetória sócio-histórica profissional de utilizar da teleologia e práxis, de forma que haja intencionalidade na ação, a fim de transformar as condições objetivas e subjetivas da realidade, de forma mediada, considerando a totalidade e articulando no cotidiano as três dimensões: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

Sendo assim, a proposta do Serviço Social no Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra tem como aspectos teórico-metodológicos: Lei nº 11.340 de 2006 (Lei Maria da Penha); Norma Técnica de Uniformização Centros de Referências de Atendimento À Mulher em Situação de Violência (BRASIL, 2006); Série Assistente Social no Combate ao Preconceito Machismo (Cartilha CFESS); Diálogos do Cotidiano - Assistente Social: Reflexões sobre o trabalho profissional (Cartilha CFESS); Lei 8662 de 1993 (Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social); Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social; Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social; Resolução 533 do CFESS; Lei nº 8.742 de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social); Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

No que se refere aos aspectos técnicos-operativos, tem-se: observação; entrevista; relatório social; ficha de atendimento; atendimento; e linguagem. Além disso, o norteador do aspecto ético-político é o Código de Ética da Profissão de 1993, com destaque para os seguintes princípios fundamentais: I. liberdade como valor ético central, bem como o incentivo a autonomia e a emancipação; II. defesa dos direitos humanos; VI. eliminação do preconceito e defesa da diversidade; VIII. projeto

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



profissional que vise uma nova ordem societária, sem discriminação, sem dominação e sem exploração; X. prestação de serviço com qualidade, desenvolvendo competências profissionais e intelectuais. Além disso, tem-se a luta contra a sociedade opressiva e luta contra a violência da diversidade de gênero um fator importante acerca do aspecto ético-político.

As demandas sociais das mulheres em situação de violência são: atendimento individualizado; orientação acerca dos direitos sociais; encaminhamentos para programas de transferência de renda e/ou outros benefícios sociais, bem como para Casa Abrigo, quando necessário. Ademais, as especificidades dos atendimentos e as vulnerabilidades das mulheres em situação de violência doméstica, familiar e sexual são desafios a serem enfrentados e vivenciados pelas assistentes sociais, principalmente dentro de uma política neoliberal de desmonte de políticas públicas.

Dessa forma, o Serviço Social dentro do equipamento encontra dificuldades de articulação em rede, pois trata-se de uma ação intersetorial, contudo, muitas demandas não são repassadas para o Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra ou ao serem encaminhadas do Centro para outro setor, não há andamento do processo, o que se torna um empecilho para a garantia dos direitos das usuárias. Dentre esses serviços, a garantia de abrigo e o auxílio-aluguel são os que encontram maiores dificuldades para efetivação.<sup>4</sup>

## 5 RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER

O relato de experiência refere-se ao estágio supervisionado e obrigatório realizado no Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra no semestre letivo 2022.2 da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no ano de 2023, com a articulação entre discente, docente do Departamento de Serviço Social da UFPB e

<sup>4</sup> Informação verbal dada pela assistente social Lorayne Leal Santos.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



assistente social do campo em questão. O estágio está situado dentro da Política para Mulheres e tem como objetivo básico: identificar a política setorial e aproximar a graduanda em Serviço Social da prática profissional por observação participativa.

As atividades propostas são: elaboração do plano de atividade, contextualização, projeto de intervenção e relatório final de estágio; observação e escuta dos casos em atendimentos; acompanhamento da assistente social nas atividades executadas; anotações e detecção das demandas relativas ao Serviço Social na instituição; acompanhar a assistente social em eventos.

O estágio possibilitou a vivência do trabalho multiprofissional e humanizado no enfrentamento da violência contra a mulher e a percepção da necessidade de um acolhimento inicial com assistente social, psicóloga e advogada para não revitimizar as usuárias. Além de promover um atendimento que visa o fortalecimento e empoderamento das mulheres.

Ademais, observou-se que as principais expressões da questão social, além da violência contra mulher, são: vulnerabilidade socioeconômica; pobreza; falta de moradia; desemprego; falta de acesso aos benefícios sociais. Mas também, encontra-se dificuldade com a articulação em Rede Pública, como já mencionado, o que leva a uma outra observação, a baixa demanda de casos. Em 3 meses, a estagiária participou de apenas 10 atendimentos (com supervisão), em que seis se caracterizavam como retorno. Então, notou que além do baixo fluxo de atendimento, a maioria foi de mulheres que já conheciam o serviço prestado pelo CRMEB.

É revelado assim, que apesar de ser um aparelho público municipal de grande importância para o enfrentamento da violência contra a mulher, pois realiza acolhimento e orientação, necessita maior divulgação e articulação, para que a política seja efetivada e eficaz, obtendo mais alcance e cumprindo seus objetivos.

A política para mulheres não pode ser negligenciada, bem como, precisa de pessoas aptas e preparadas para exercer as suas respectivas funções, ou seja, precisa haver

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



responsabilidade para não perpetuar a violência contra mulher, não reproduzindo a lógica machista e violenta da heteronormatividade, mas utilizando das estratégias disponíveis para romper com o ciclo da violência e colaborar para que as mulheres em situação de violência saiam dessa realidade.

## 6 CONCLUSÃO

O estágio tem contribuído para a percepção das dificuldades, lutas e conflitos existentes na política de enfrentamento da violência contra a mulher, bem como a importância do Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra no acolhimento e orientação das usuárias que estão ou estiveram no ciclo de violência.

O estudo faz-se necessário, pois o Serviço Social está dentro de uma correlação de forças e pode ser hegemônico ou contra-hegemônico, então situá-lo nesse contexto sócio-histórico e analisá-lo é importante para uma formação e atuação profissional que vise o cumprimento do Código de Ética, sendo uma profissão necessária para a viabilização da garantia de direitos sociais, em uma perspectiva crítica e não meramente tecnicista, mas com uma instrumentalidade mediada.

Portanto, o diálogo entre a academia e a instituição, através do estágio supervisionado é enriquecedor para a formação profissional, pois possibilita a reflexão acerca da importância de situar a profissão do Serviço Social dentro de políticas públicas sociais, em uma conjuntura neoliberal, com uma atuação multiprofissional e com articulação em rede setorial de políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio**. Brasília, DF: 2009.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



ANDRADE, Kaliandra Oliveira; LIMA, Izabel França; CÔRTEZ, Gisele Rocha. Centros de Referência Ednalva Bezerra: unidade informacional de prevenção à violência doméstica contra as mulheres. **PontodeAcesso**, v. 14, n. 2/3, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/26618/25389>>. Acesso em: 21 mai. 2023.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011. 213p.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. 10ª ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1993.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. Saraiva, 1990.

BRASIL. **Lei nº 11.340. Lei da Violência Doméstica e Familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha)**. Brasília, DF: Senado Federal, 2006.

BRASIL. **Lei nº 8.742. Lei Orgânica De Assistência Social (LOAS)**. Brasília: DF, 7 de Dezembro de 1993.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Normas Técnicas de Uniformização – Centro de Referência De atendimento à mulher em situação de violência**. Brasília, 2006.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Presidência da República, (sem data).

BOZON, Michel. **SOCIOLOGIA DA SEXUALIDADE**. FGV. 2004

CANÇADO, Taynara Candida Lopes; SOUZA, Rayssa Silva de; CARDOSO, Cauan Braga da Silva. Trabalhando o conceito de Vulnerabilidade Social. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, XIX., 2014, São Pedro-SP. ABEP. Disponível em:

[http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho\\_completo/TC-10-45-499-410.pdf](http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-10-45-499-410.pdf). Acesso em: 11 abr. 2023.

CENTRO de Referência da Mulher Ednalva Bezerra. João Pessoa: Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, (sem data). 1 folder, 10x20 cm, color. Contém informações sobre o funcionamento do Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra, os serviços oferecidos, sobre a Ronda Maria da Penha, sobre os eixos de atuação da Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para Mulheres e sobre as medidas protetivas de urgência.

PROMOÇÃO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



CFESS. **Série assistente social no combate ao preconceito: machismo.** Caderno 6. Brasília: CFESS, 2019.

CORTES, Gisele Rocha; ARAÚJO, Wagner Junqueira de; SILVA, Douglas Limeira. **Sistema atende mulher: sistema de informação no centro de referência da mulher Ednalva Bezerra.** Informação e Sociedade: Estudos. Campina Grande(PB): Universidade Federal de Campina Grande, v. 24, n. 2, pág. 85-95, 2014. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/11449/130322> >.

INÁCIO, Elisangela de Oliveira. Gênero e violência contra a mulher: um estudo à luz das Assistentes Sociais que atuam em um Centro de Referência da Mulher. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**, Agosto de 2015. Disponível em: < <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/genero-e-violencia-contraa-mulher-um-estudo-a-luz-das-assistentes-sociais-que-atuam-em-um-centro-dereferencia-da-mulher.pdf> > Acesso em: 13 abr. 2023.

JOÃO PESSOA. **Lei nº 13.477. Lei Municipal dispõe da divulgação do serviço de Disque-denúncia Nacional de Violência Contra a Mulher e do Centro de Referência Da Mulher Ednalva Bezerra, no âmbito do Município de João Pessoa.** João Pessoa: PB, 04 de Outubro de 2017.

JOÃO PESSOA. **Centro de referência da mulher ednalva bezerra.** 2021. Disponível em: < <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/servico/centro-de-referencia-da-mulher-ednalva-bezerra/> >. Acesso em: 17 abr. 2023.

PATRULHA Maria da Penha PARAÍBA. João Pessoa: Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana; Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social; Tribunal da Justiça da Paraíba, 2019. Um folder 15x15cm, colorido. Contém informações sobre a Patrulha Maria da Penha, na qual é um equipamento na proteção de mulheres paraibanas.

PROMOÇÃO



APOIO

